

Newsletter #7 Nov e Dez 2013

Enquadramento macroeconómico
Evolução legislativa e anexos
Revitalizar e Alternext
Financiamento Via Bolsa



Contabilidade



Fiscalidade



Laboral



Desenvolvimento
do Negócio

Auditório



Formação a clientes e associados da IMB (OE2014 e CIRC)
Professor Abílio Sousa e António Caseiro
Nov 2013

Índice Geral

p. 03	Mensagem Sócio - Gerente
p. 05	Evolução legislativa e anexos
p. 34	Revitalizar e Alternext
p. 38	Financiamento Via Bolsa

Estimados Clientes e Associados,

No seguimento das recentes publicações, é com satisfação que vos comunico novo compêndio informativo com importantes publicações do Governo Português e seus Organismos entre as datas de 17 de Outubro e 9 de Dezembro de 2013.

Saliento que no passado mês de Novembro decorreu uma acção de formação cujos temas versaram o Orçamento de Estado para 2014 e o Código de IRC, cuja avaliação a que verifiquei e que me fizeram chegar, tratou-se de uma manhã produtiva. Contudo, e como sempre mantemos a nossa disponibilidade para qualquer ponto a esclarecer.

Dada a importância do programa de intervenção a que o nosso País tem vindo a ser sujeito, gostaria de acrescentar nesta minha mensagem a todos Vós, o ponto de situação decorrentes das 8.ª e 9.ª avaliações da Troika:

I – Indicadores

A conclusão formal da 8ª e 9ª avaliações por parte da Troika, resultou num desembolso de €5,6bilhões (bi) de euros para Portugal. As declarações oficiais estão disponíveis nos sites do FEEF e do FMI e a 10ª revisão teve início em 4 de Dezembro.

II – Orçamento para 2014

O Orçamento do Estado para 2014 foi aprovado no Parlamento em 26 de Novembro. Enquanto algumas alterações foram feitas à proposta inicial do Governo, os principais objetivos de consolidação orçamental para 2014 foram preservados, nomeadamente:

- a. Défice orçamental de 4,0% do PIB;
- b. Maioria das medidas do lado da despesa.

Algumas das medidas para 2014 dependem de peças separadas de legislação:

- A lei de trabalho 40h-semana entrou em vigor em 28 de Setembro. Sua constitucionalidade foi recentemente confirmada pelo Tribunal Constitucional.
- A lei requalificação entrará em vigor em 1º de Dezembro. As regras que haviam sido considerados inconstitucionais foram revistos.
- A lei que estabelece o alinhamento das regras do regime de pensões públicos, com regras do regime geral de previdência foi aprovada no Parlamento. O Presidente solicitou uma revisão antes de sua constitucionalidade.

III – Ajuste Fiscal

- A execução orçamental ao longo de Janeiro a Outubro está em linha com a meta anual para 2013.
- O défice orçamental das Administrações Públicas numa base de caixa de acordo com a definição do Programa foi de €6,4bi até Outubro. Este valor é inferior ao déficit de Jan-Out 2012 (€8,1bi) e permanece abaixo da meta Programa de 2013Q3.
- O crescimento da receita de Impostos do Estado continua a acelerar: 8,4% no período Janeiro-Outubro. Isso resulta da recuperação de todos os impostos, incluindo a receita de IVA (que foi de 0,4% maior do que em Jan-Out 2012). Este resultado não é afetado pelas receitas do regime de cobrança de dívidas, que entrou em vigor em Novembro.



António Caseiro
TOC n.º 280
Mestre em Fiscalidade
Sócio – gerente da IMB
caseiro@imb.pt
Telm: +351 966 797 226

IV – Dívida Pública

Dívida pública bruta caiu para 128,8% do PIB no final de Setembro (131,4% no final de Junho). Dívida Maastricht líquida de Depósitos do Governo Central também diminuiu no terceiro trimestre para 117,9% do PIB (118,4% no final de Junho), de acordo com o Banco de Portugal.

V – Atividade Económica

Os dados oficiais referentes ao terceiro trimestre indicam que o PIB mantém crescendo consecutivo em 2013Q3. A taxa de crescimento no trimestre de 0,2% para o Q3 foi superior ao da área do euro (0,1%) e igual ao da UE.

Em termos no período, o PIB diminuiu 1,0%, dando continuidade a uma recuperação gradual (-2,0% no 2.º trimestre; -4,1% no 1.º trimestre).

A taxa de desemprego caiu para 15,6% em 2013Q3. Isto representa um p.p. 0,8 declinar *vis-à-vis* o trimestre anterior e de 0,2 pp declinar *vis-à-vis* 2012Q3.

Os indicadores de confiança (IC) de manter uma tendência ascendente constante. A CI consumidor registou o valor mais alto desde Outubro de 2010.

O indicador de clima económico (que agrega CI para a indústria, comércio, construção e serviços) tem vindo a recuperar durante 11 meses consecutivos.

VI – Ajuste Externo

Ajuste de receitas externas a ritmo rápido, de acordo com recentes publicações do Banco de Portugal para o 2013Q3 (acumulados a Setembro), nomeadamente:

- Saldo de bens e serviços: €2.430M;
- Saldo da balança corrente: €1.016M;
- Corrente e balança de capital: €3.641M; e
- Todos os saldos aumentaram *vis-à-vis* no final de Junho de 2013 e final de Setembro de 2012. A melhoria da conta corrente traduz-se num facto interessante dado que os saldos acumulados para 2013Q2 e 2012Q3 foram negativos (€-142M e €-2545M, respectivamente).

VII – Mercados Financeiros

O Rendimento das Obrigações do Tesouro no mercado secundário têm vindo a diminuir desde meados de Setembro: a 10 anos permanecem abaixo de 6% desde o início de Novembro; Venda de Bilhetes do Tesouro continuaram com uma periodicidade mensal e, a 20 de Novembro, os rendimentos médios ponderados de 3 meses e 12 meses emitidos diminuiu com relação a leilões anteriores.

VIII – Sistema Bancário Português

No segundo trimestre, o rácio de crédito sobre depósitos diminuiu ainda mais atingindo 123% (rácio Core Tier 1 manteve-se em 11,9%), acima do mínimo exigido do Banco de Portugal (10%).

Como sempre, manifestamos a nossa disponibilidade para qualquer ponto a esclarecer. Obrigado, Cordiais Cumprimentos,

António Caseiro

Telefone: 244 766 128

E-mail: caseiro@imb.pt

Fax: 244 766 180

Site: www.imb.pt

Evolução legislativa

p. 06	Código dos Regimes Contributivos
p. 14	Código do Trabalho
p. 16	Imposto Municipal sobre Imóveis
p. 17	IVA
p. 25	IRC
p. 26	Legislação Avulsa
p. 33	Legislação internacional

**INFORMAÇÃO RESTRITA
A CLIENTES E ASSOCIADOS DA IMB.**

**CASO ESTEJA INTERESSADO NA NEWSLETTER,
QUEIRA POR FAVOR CONTACTAR A IMB.**

A large red trapezoidal graphic that tapers from left to right, serving as a background for the main text.

Revitalizar e Alternext

Diferentes alternativas para
diferentes ciclos das empresas

O problema da falta de liquidez de muitas pequenas e médias empresas (PME) em Portugal, majorado pela crise económica e financeira, também notada pela redução de financiamento bancário, contribuiu, e ainda contribui, para o excessivo endividamento do nosso tecido empresarial, caracterizado pelas dificuldades de tesouraria com que o empresário diariamente se confronta.

O excessivo endividamento das empresas não financeiras ascendia em junho deste ano a 186% do Produto Interno Bruto (PIB) em resultado de modelos pouco sustentados de capitais próprios, caracterizados, por vezes, por uma visão ultrapassada de controlo de capital.

Dado que o financiamento bancário dificilmente atingirá valores e comportamentos idênticos aos que assistimos até 2008/09, a necessidade de enfrentar uma nova cultura empresarial por parte das PME, torna-se urgente de maneira a voltar a capitalizar as sociedades, confirmando a extrema importância que estas traduzem no fomento de crescimento, industrialização e criação de emprego.

A importância é de tal forma reconhecida pelo Governo uma vez que concluiu, também por recomendação daqueles a quem entregamos parte da soberania e que nos assistem financeiramente a necessidade de elaborar novas linhas de atuação junto das PME, nomeadamente, com a criação de fundos de recuperação de sociedades, o enfoque em mercado de capitais para PME, bem como a criação do Banco de Fomento para alinhar a estratégia comumente designada de Plano de Reindustrialização.

Os Administradores e seus gestores dispõem no presente de diferentes alternativas para reduzir os constrangimentos a que têm estado sujeitos e que limitam o seu crescimento e a competitividade das sociedades, nomeadamente: Programa Revitalizar e Mercados de Capitais (Alternext e, mais recentemente, EasyNext).

No que diz respeito ao Programa Revitalizar, o Governo Português lançou no passado recente um concurso público para a atribuição das funções de gestão de três Fundos num montante total de € 220 milhões, dotação assegurada 50 por cento pelo QREN (saliente-se, fundos comunitários disponibilizado pelo FINOVA, gerido pela PME Investimentos e criados no âmbito do QREN pelo programa COMPETE) e 50 por cento por sete bancos nacionais: CGD, BPI, BES, Millennium BCP, Montepio Geral e CCCAM, em partes iguais. O programa pretende revitalizar o tecido empresarial nacional e capitalizar as sociedades que apresentam dificuldades de desenvolvimento, empresários que estejam a planear uma sucessão ou retirada, com ativos pouco rentáveis, que queiram aumentar a sua competitividade através de uma estratégia de crescimento ou investidores interessados em adquirir uma empresa já existente.

As funções de gestão dos Fundos do Revitalizar competem a três sociedades de capital de risco, nomeadamente, Explorer Investments, Oxy Capital e Capital Criativo para as zonas, Norte, Centro e Sul, respetivamente.

As operações enquadráveis no Programa passam por projetos de expansão, inovação e/ou modernização de PME bem como constituição e arranque de PME e não enquadráveis as empresas que preenchem condições para um processo de insolvência, consolidação de passivos e de reestruturação financeira ou injeção de recuperação ainda pendente.

O investimento máximo é de € 1.5milhões por empresa e por cada período de 12 meses, com um máximo de € 4.5 milhões e o Fundo não pode servir para pagar dívida bancária. De qualquer forma, pelo menos 70 por cento do investimento deve ser aplicado em capital social ou instrumentos de quase-capital das PME beneficiárias.

A atuação deste Fundo deverá ter um período de investimento, seguido de um período de desinvestimento. Na prática deverá ser de seis anos, contados a partir da data de realização da 1ª tranche de capital, a que se deverá seguir um período de desinvestimento por outros seis anos, acrescido de um período adicional de desinvestimento até dois anos.

Contudo, de acordo com Dr. Castro Almeida, atual Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, o Programa Revitalizar encontra-se em revisão do seu *modus operandi* por nova recomendação e exigência da Troika, uma vez que as negociações subjacentes entre todos os intervenientes têm sido barradas pela posição das Finanças. O Governo prepara-se para reformular os mecanismos de recuperação de empresas através de uma maior flexibilidade da atitude do Fisco perante as empresas que queiram aderir a estes instrumentos como o PER, o Sistema de Recuperação de Empresas por Via Extrajudicial (SIREVE) e o Código de Insolvência e da Recuperação de Empresa (CIRE).

Como segunda alternativa e na promoção da capitalização de empresas com planos e projetos de expansão e crescimento, cuja situação financeira se apresente equilibrada e sustentável, mas com necessidades de reforço de capital e fundo de maneio, num contexto de revitalização de mercado, produto ou gestão, os empresários e gestores de PME que procuram fontes de financiamento para a gestão do seu negócio, o Mercado de Capitais/Bolsa poderá servir de ponte na criação de um ambiente facilitador para que as empresas identifiquem o mercado de capitais como uma plataforma para o seu financiamento.

O Alternext foi criado em maio de 2005 e pode ser uma solução para as PME portuguesas que estejam interessadas em aceder de forma simplificada ao mercado de capitais de modo a obter financiamento, diversificar a sua estrutura acionista ou colocar dívida sob a forma titulada. Reforço a importância desta alternativa, assinada já em protocolo entre a NERLEI e a NYSE Euronext Lisbon a 15 de Abril deste ano.

Para crescer, as empresas necessitam de financiamento e visibilidade pelo que a entrada em Bolsa das PME, aportará às sociedades uma maior pressão organizacional, maior transparência e rigor na preparação e reporte de contas estatutárias, tanto para os gestores como também para os Técnicos e Revisores Oficiais de Contas para proteção ao investidor.

A sociedade ISA Intelligent Sensoring (ISA) que foi a primeira empresa portuguesa cotada no Alternext e mais recentemente a Nexponor, procuram no Alternext vantagens para potenciar o seu crescimento e, conseqüentemente, o seu sucesso. A admissão da ISA à cotação no NYSE Alternext foi concretizada através da colocação privada de 520.626 novas ações no valor de € 5 por ação, que permitiram um encaixe de 2,6 milhões de euros. Segundo José Basílio Simões, CEO da ISA, a entrada em bolsa permitiu reforçar a notoriedade e a credibilidade da empresa junto dos seus clientes, fornecedores e parceiros, bem como facilitar futuros aumentos de capital que venham a ser necessários para o desenvolvimento das atividades.

Nos últimos 10 anos, a redução significativa do peso da indústria na criação de emprego e na geração valor de valor, contribuiu para afastar a ideia de uma base industrial pujante, apta para vencer o desafio da reindustrialização. Para capitalizar o tecido empresarial português, torna-se urgente aplicar o dinheiro para aumentar níveis de produtividade, incorporando fatores de inovação nas suas cadeias de valor, para que se consiga aumentar a projeção internacional e consequente sucesso.

As PME poderão evitar o recurso a financiamento bancário dado que os planos de reembolso acordados impedem alguma flexibilidade na gestão da sociedade e na execução dos seus planos de negócios garantindo a correta partilha de rentabilidades para os diferentes acionistas.



**Artigo da IMB publicado na
Revista Trimestral da Nerlei**

Artigo da IMB publicado na Revista Trimestral da Nerlei

A large red trapezoidal graphic with a white border, tapering from left to right, containing the title text.

Financiamento Via Bolsa

e Perfil da Bolsa Portuguesa

**INFORMAÇÃO RESTRITA
A CLIENTES E ASSOCIADOS DA IMB.**

**CASO ESTEJA INTERESSADO NA NEWSLETTER,
QUEIRA POR FAVOR CONTACTAR A IMB.**

Caso tenha alguma dúvida relativamente à *Newsletter* ou qualquer outra questão, queira por favor contactar a IMB.

A informação presente neste documento é de natureza geral e meramente informativa e não se aplica a nenhuma entidade ou situação em particular. Apesar do compêndio deter real importância, não podemos garantir que a informação seja precisa na data em que for recebida ou conhecida ou que continuará a ser precisa no futuro. Recomendamos o aconselhamento profissional apropriada para cada situação específica e a IMB – Gestão e Contabilidade, Lda não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo emergente de decisão tomada com base na informação aqui descrita.

Dez 2013



Equipa da IMB
Centro Comercial Jordão, Batalha